

## O DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA DA REGIÃO CENTRO-OESTE E AS TRANSFORMAÇÕES NO ESPAÇO AGRÁRIO DO ESTADO DE GOIÁS

**Luiza Maria Capanema Bezerra**

Bacharel em Economia e Mestre em Geografia pela UFU

Email: [luizamcb@yahoo.com.br](mailto:luizamcb@yahoo.com.br)

**João Cleps Jr.**

Prof. Dr. do Instituto de Geografia da UFU

Email: [jcleps@ufu.br](mailto:jcleps@ufu.br)

### RESUMO

*No presente artigo, será apresentado o processo de desenvolvimento agrícola da região Centro-Oeste. A análise compreende período que abrange desde a década de 1930, momento em que o país inicia o processo de transição para o capital industrial, até meados da década de 1990, período caracterizado por grandes mudanças na política agrícola, que, por sua vez, se refletiram no desenvolvimento agrícola dessa região. No decorrer do texto, serão ressaltadas a participação de Goiás no processo de desenvolvimento agrícola do Centro-Oeste e as implicações do papel do Estado, como grande indutor desse desenvolvimento.*

**Palavras-chave:** desenvolvimento agrícola, espaço agrário e Estado.

### RURAL DEVELOPMENT IN THE CENTER REGION OF BRAZIL AND AGRARIAN TRANSFORMATION IN GOIAS STATE

### ABSTRACT

*This paper intends to present the rural development process in the center region of Brazil. The study contains a period that goes since 1930 until 1990. And this period contains the process of change to industrial capital and the change of agricultural police of that region (Center of Brazil). Then, in the text it will be analyzed the participation of Goiás State in the process of rural development of the Center Region of Brazil. It will be still studied the participation of STATE as an inductor of rural development.*

**Key-Word:** rural development, agrarian territory and State

---

<sup>1</sup> Recebido em 25/11/2003  
Aceito para publicação em 02/02/2004

## INTRODUÇÃO

Antes de iniciar a discussão sobre o tema da inserção do Centro-Oeste na área de fronteira agrícola, procurar-se-á apresentar uma breve discussão sobre o significado de fronteira com a finalidade de fundamentar teoricamente a exposição. Para isso, toma-se-ão por base as definições apresentadas por Martins (1975 e 1997).

O autor trabalha com as concepções de frente de expansão e frente pioneira, para designar os movimentos de ocupação das áreas de fronteira. Faz, também, uma distinção entre fronteira demográfica e econômica, sendo que a segunda está sempre aquém da primeira, isto é, o povoamento do território precede a efetiva ocupação econômica do mesmo. Na faixa entre a fronteira demográfica e a econômica que se desenvolve à frente de expansão, sendo ela caracterizada por “uma ocupação de agentes da ‘civilização’, que não são ainda os agentes característicos da produção capitalista, do moderno, da inovação, do racional, do urbano, das instituições políticas e jurídicas etc.” (MARTINS, 1997, p. 157). Sua economia é regida por uma agricultura de excedentes, sendo que a

sobrevivência vem em primeiro lugar, e o excedente é destinado a trocas mercantis. Uma outra característica da frente de expansão é que a terra não possui valor de mercadoria, sendo essa frente marcada pelo uso de terras devolutas do Estado mediante ocupação, tendo como figura central o ocupante e o posseiro.

A frente pioneira é marcada pela propriedade privada da terra e pelo empreendimento econômico. Traz consigo empresas imobiliárias, ferrovias, comércios, entre outros. Nessa frente, a terra não é ocupada, é comprada (MARTINS, 1975).

De uma forma geral, Martins (1997, p. 150) define fronteira como “um local de descoberta e desencontro dos diferentes entre si, como os índios e os civilizados, e os grandes proprietários de terras e os camponeses”, por isso é que o autor caracteriza a fronteira como um local de conflito, e que, a partir do momento em que esse conflito deixa de existir, a região já não pode ser mais considerada com uma fronteira.

### **A abertura da fronteira agrícola na região Centro-Oeste**

O desenvolvimento agrícola da região Centro-Oeste é intensificado a partir

da década de 1930, com o objetivo de atender ao mercado consumidor de produtos agrícolas da região Sudeste, assim, o desenvolvimento agrícola do Centro-Oeste esteve diretamente ligado ao desenvolvimento industrial do país, que se iniciou na região Sudeste nesse período.

A necessidade de um custo de mão-obra mais barato levou a indústria a pressionar o setor agrícola, para que ele elevasse a oferta de bens primários, buscando, conseqüentemente, uma redução dos preços dos produtos agrícolas. Com uma maior oferta de produtos agrícolas, menor seria o custo da força de trabalho industrial, sendo que isso seria fundamental para o fortalecimento do setor industrial brasileiro. Dessa forma, o processo de industrialização da região Sudeste passou a demandar da agricultura uma evolução técnica e produtiva. Com isso, a região Sudeste promoveu uma reestruturação do espaço agrário nacional, reorganizando-o de acordo com os interesses do capitalismo industrial que começava desenvolver-se no país.

É nesse contexto que a região Centro-Oeste e, portanto, o estado de Goiás passam a integrar a nova dinâmica capitalista do país, como uma região capaz de contribuir, por meio do

fornecimento de bens primários, para a consolidação do capital industrial.

A construção de Goiânia, na década de 1930, foi um marco na inserção do estado no processo de divisão inter-regional do trabalho e de interiorização do país, sendo considerada um símbolo governamental na inserção do Centro-Oeste na dinâmica capitalista nacional.

Apesar de no período em análise ter ocorrido uma reorientação do padrão de acumulação capitalista no país, passando de agropecuário para industrial, o estado de Goiás não acompanha a tendência da região Sudeste, pois continuou alicerçado na agropecuária. Assim, a ocupação de novas áreas na fronteira e a redução dos custos de produção tornaram-se a base do crescimento da produção agropecuária goiana.

### **Os obstáculos ao processo de integração regional do Centro-Oeste**

As dimensões continentais do Brasil redundavam sempre em impasses para a sua integração econômica e geográfica, visto que as grandes distâncias entre os centros regionais dificultavam a expansão do capital pelo país, e, como salienta Cunha (2002), a incorporação do interior à economia nacional estava

calçada num mercado interno inexpressivo e na precariedade das estruturas de transporte, de energia e de comunicações. Tendo em vista esses aspectos, é importante mostrar o papel que os meios de transportes e comunicações tiveram frente à integração nacional.

A ferrovia foi o meio de transporte que iniciou a integração nacional, pois ela contribuiu para estender a fronteira agrícola, criando e ligando os pontos de produção agropecuária.

A construção de ferrovias faz parte da própria gênese do processo de constituição do mercado nacional, permitindo a absorção das mercadorias mais elaboradas que vinham dos núcleos urbanos mais avançados e viabilizando o escoamento dos bens agropecuários as outras regiões. A melhoria das condições do traslado das mercadorias induz à maior especialização produtiva de diversas áreas geográficas, possibilitando uma crescente complementaridade entre suas estruturas produtivas. Assim, o papel do aperfeiçoamento das comunicações entre diferentes áreas vai desenhando uma divisão inter-regional do trabalho (BRANDÃO, 1999, p. 51).

Dessa forma, como em diversas outras regiões do país, o estado de Goiás possuía as características necessárias para ser considerado uma nova fronteira agrícola, porém existiam algumas barreiras que inibiam a sua inserção no novo processo de acumulação capitalista. Essas barreiras eram as péssimas condições de transportes e comunicação. Devido à localização do estado, o alto custo dos transportes elevava o valor final dos bens e, ao mesmo tempo, reduzia a competitividade do produto goiano na região Sudeste. Para a consolidação do estado como fornecedor de bens primários, seriam necessários meios de transportes mais rápidos e eficientes, a fim de obter custos mais baixos e maiores condições de comercialização na região Sudeste.

A Estrada de Ferro Goiás teve suas obras iniciadas na primeira metade do século XX, e, apesar de apresentar graves deficiências, como a grande lentidão de suas obras, problemas técnicos, entre outros, teve papel relevante. Foi o primeiro meio de transporte que propiciou ao estado de Goiás condições reais de escoamento da sua produção para a região Sudeste, embora ainda não atendesse todas as

necessidades, pois os trilhos não percorriam todas as regiões do estado, servindo, inicialmente, às regiões mais ao sul do estado.

O trem-de-ferro – simbolizado na maria-fumaça – com seu silvo estridente e cauda em aço, emplumada em fumaça, serpenteando pelos sertões, despertava Goiás de séculos de isolamento e transformava a paisagem regional através de um processo dialético marcado pela destruição/reconstrução do espaço (BORGES, 2000, p. 41).

Além de fazer todo o transporte de produtos destinados à exportação, levava, também, os produtos manufaturados do Sudeste para Goiás. Assim, a estrada de ferro, mais especificamente, os terminais ferroviários desempenharam a função de transformar a vida econômica e social das populações que viviam naqueles locais, pois, aos redores dos terminais ferroviários, desenvolveram-se vilas, vilarejos, acompanhados de um dinâmico comércio.

A Estrada de Ferro de Goiás foi importante para a inserção de Goiás no processo de acumulação de capital industrial que estava ocorrendo no país. Porém os problemas financeiros e

técnicos, em conjunto com a chegada da rede rodoviária federal na região Centro-Oeste, levaram a Estrada de Ferro de Goiás a assumir um papel secundário como um meio de transporte. Em última análise, a ferrovia, além de ter constituído uma via de transporte estratégica na ocupação do Centro-Oeste, foi um elemento fundamental na reorganização do espaço agrário regional e na estruturação da economia goiana.

Nesse contexto, a malha rodoviária viria complementar a infra-estrutura de transportes, necessária à plena inserção do estado de Goiás ao mercado nacional. Até a década de 1950, o desenvolvimento das rodovias no estado ficava a cargo da iniciativa privada, dos governos estadual e municipal, não apresentando grande desenvolvimento, em razão da escassez de recursos para aplicar nessa área. A escolha pela expansão da rede rodoviária e não pela expansão e melhorias da rede ferroviária teve como pano de fundo o interesse político, pois os governos estaduais distribuíam subsídios ao capital privado.

Com a construção de Brasília, o contexto foi alterado, passando a ser de interesse federal o desenvolvimento da

estrutura rodoviária do Centro-Oeste. Com esse objetivo, foram feitos grandes investimentos em melhorias e na construção de novas rodovias, visando atender às necessidades da nova capital do país e, com isto, consolidar a posição da região como fronteira agrícola e grande exportadora de bens primários para a região Sudeste do país.

A rodovia Belém-Brasília teve, também, papel relevante ao beneficiar as regiões localizadas mais ao norte do estado, proporcionando a essas áreas maior integração aos mercados das regiões Norte e Sul do país. Mais uma vez, o interesse político foi responsável pela maior vontade governamental em levar o projeto ao fim, visto que a emergente indústria automobilística multinacional, que estava sendo implantada no país, necessitava de novos mercados consumidores, e a expansão da malha rodoviária era o caminho para esse mercado.

### **A conquista do Centro-Oeste: a dinâmica regional da fronteira agrícola**

A expansão da fronteira agrícola no Centro-Oeste, que teve início na década de 1940, ficou mais conhecida como a “Marcha para o Oeste”, e seu principal objetivo foi atender à demanda de

produtos primários, para a região que iniciava o seu processo de industrialização, a região Sudeste. Secundariamente, esteve assentada também, em questões mais gerais, como, por exemplo, às migrações.

Portanto, com a Marcha para o Oeste, Goiás foi incorporado ao processo produtivo nacional como fornecedor de gêneros alimentícios e matérias-primas e, principalmente, como absorvedor dos excedentes populacionais de outras regiões do país. [...] A expressão máxima e o coroamento da Marcha para o Oeste se deram com a construção de Brasília. Passar a abrigar a capital federal significou profundas alterações econômicas e políticas para o estado – aceleração do ritmo migratório; ocupação de novas terras; abertura de estradas; expansão do mercado; novos empregos (PESSOA, 1999. p. 47).

A “Marcha para o Oeste” foi considerada por Martins (1997) como uma frente pioneira, em que o Estado teve importante papel, ao acelerar o seu deslocamento sobre os territórios “novos”, já ocupados pela frente de expansão. É nesse sentido que o autor chama atenção para a dimensão conflitiva existente nas regiões de fronteiras, onde a (re) ocupação dos

territórios era feita por meio do encontro entre as frentes, o que, na maioria das vezes, se culminava em conflitos violentos.

Cabe ressaltar que o Centro-Oeste, assim como outras regiões do país assumiram, nesse momento para Brandão (1999), a função de amortecedores do caos social que foi gerado na região Sudeste. Para ele, as fronteiras agrícolas se constituíram

em verdadeiras “válvulas de escape” para os problemas populacionais gerados pelo processo de urbanização nessa região.

Nesse sentido, o estado de Minas Gerais foi o principal responsável pela migração para as áreas de fronteira em Goiás, seguido dos estados da região Nordeste, como Maranhão e Bahia, conforme os dados da tabela 1.

**TABELA 1**

Principais estados de origem dos migrantes para Goiás em 1940 e 1950

<b>Estado de origem</b>	<b>1940</b>	<b>1950</b>
Minas Gerais	44,77	53,32
Maranhão	21,30	16,72
Bahia	20,66	15,74
São Paulo	4,63	5,41
Piauí	4,66	4,31
Outros	3,98	4,50
<b>Total</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Graham e Buarque Filho. In: Borges, 2000, p.83

Adaptações: Bezerra, L.M.C. 2002.

A nova fronteira agrícola esteve assentada, durante um período, em projetos de colonização privados e estatais, que entraram em crise, tanto por falta de interesse político como por falta de planejamento e investimentos. Os agricultores que viviam nos assentamentos foram gradativamente engolidos pelos latifundiários, expondo a ineficiência desses projetos. a expansão da fronteira agrícola, na

forma em que se processou no país, por um lado, favoreceu o aumento da produção de alimentos para atender a demanda da população urbana e, por outro, contribuiu para a reprodução do latifúndio e da agricultura tradicional no Centro-Oeste (BORGES, 2000, p. 72).

Nas décadas de 1950 e 1960, os pequenos produtores, que tomaram posse da terra no primeiro momento da abertura da fronteira agrícola, tiveram a

função de desmatar e preparar a terra a um baixo custo para posteriormente ela ser apropriada por grandes fazendeiros, que se dedicavam à pecuária extensiva. A expropriação do pequeno produtor significou o fechamento da fronteira nas regiões sul e central de Goiás, e, ao mesmo tempo, a sua partida em busca de novas áreas de fronteira.

Para Martins (1997), a primeira forma de ocupação, marcada pela presença de pequenos agricultores, pode ser considerada como frente de expansão, já a segunda, que assume a forma de grandes fazendeiros, é chamada de frente pioneira. O fechamento da fronteira se deu no momento em que a frente pioneira chegou e promoveu a invasão das terras pelos grandes proprietários e empresários, causando, assim, não só a expropriação econômica do pequeno agricultor, mas também a cultural. A perda de laços de amizade e vizinhança, que foram cultivados ao longo de muitos anos, e a busca por novas terras, significaram a inserção em um novo cotidiano, que, por vezes, pode ser diferente do anterior, impondo uma redefinição de costumes, tradições e, além disso, um novo relacionamento entre o homem e a natureza.

É nesse sentido, também, que Graziano

da Silva (1982) define o fechamento da fronteira, no momento em que a terra deixa de ser livre e de ser apropriada por pequenos produtores, para se tornar uma mercadoria, uma reserva de valor, ou seja, a terra passou a ser apropriada de uma forma privada.

Ao mesmo tempo em que as fronteiras sul e central se fechavam no estado de Goiás, a região norte do estado mostrava um processo de abertura de fronteira, que culminou com a consecução da rodovia Belém-Brasília. A partir de meados dos anos de 1960, o norte do estado passou a ser incorporado à fronteira agrícola, e grandes projetos agropecuários e madeireiros começaram a ser instalados nessa região. Cabe esclarecer que, conforme Graziano da Silva (1999), pode-se ter ainda duas fronteiras agrícolas. Uma “interna”, constituída por terras não-exploradas, mas já apropriadas privadamente, que, neste caso, correspondeu às regiões sul e central de Goiás. A outra, a fronteira “externa”, formada por terras que ainda não se transformaram em propriedade privada, como é o caso do norte do estado de Goiás<sup>2</sup>.

O período em análise teve crucial

---

<sup>2</sup> Região onde atualmente localiza-se o estado do Tocantins.



importância para o estado de Goiás, pois foi marcado pela inserção do estado no processo de modernização da agricultura, e também por um aumento populacional significativo. Como se pode observar na tabela 2, é a partir da década de 1950 que o estado começa

apresentar um crescimento populacional que supera os números nacionais, sendo que, em 1950, a população goiana representava 1,9% da população brasileira e em 1970 esse número chegava 3,2%.

**TABELA 2**

Crescimento da população brasileira e goiana (1872 a 2000)

<b>Censos</b>	<b>Goiás</b>	<b>Brasil</b>	<b>Goiás/Brasil</b>
1872	160.395	9.930.478	1,62%
1890	227.572	14.333.915	1,59%
1900	255.284	17.438.434	1,46%
1920	511.919	30.635.605	1,67%
1940	661.226	41.236.315	1,60%
1950	1.010.880	51.944.397	1,95%
1960	1.626.376	70.992.343	2,30%
1970	2.938.029	93.134.846	3,15%
1980	3.860.174	119.011.052	3,24%
1991	4.018.903	146.825.475	2,74%
1996	4.514.967	157.070.163	2,87%
2000	5.003.228	169.799.170	2,95%

Fonte: IBGE - Censo Demográfico, 1872 a 1970.

Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 30 out. 2002.

Org.: BEZERRA, L.M.C.2002

O aumento populacional se deu, em grande parte, devido ao início da construção de Brasília e à abertura da rodovia Belém-Brasília, que foi inaugurada em 1959. Um outro fator que provocou a expansão da população para a região foi o surgimento de grandes programas de colonização, resultado de parcerias entre o governo e

empresas privadas, que atraíram pequenos produtores de outras regiões, principalmente do sul do país. Além disso, segundo Cunha (2002), na década de 1970 a região contribuiu para amenizar tensões demográficas de outras regiões servindo de acomodação para seguidos fluxos migratórios e de via de penetração para a ocupação do

Norte do Brasil. Assim, a partir da década 1950, Goiás conheceu uma profunda aceleração produtiva e populacional, resultado do processo de ocupação das áreas de fronteiras.

### **A estrutura fundiária e as relações sociais de produção**

O padrão da estrutura fundiária no Centro-Oeste teve origem no próprio processo de ocupação nacional, que passou historicamente pela questão das sesmarias e, posteriormente, pela Lei de Terras em 1850, consolidando a concentração de terras no país. Mesmo a partir da década de 1940, com o avanço da fronteira agrícola e o aumento do número de estabelecimentos, a região continuava com uma estrutura fundiária concentrada. Em Goiás, particularmente, o caráter da especialização desenvolvido pela agropecuária reforçou o latifúndio como forma de propriedade e “refuncionalizou” a tradicional estrutura de produção no campo a serviço do mercado (BORGES, 2000).

O tamanho da propriedade esteve diretamente relacionado com o tipo de atividade praticada, sendo que as grandes propriedades destinavam-se à

pecuária de corte, as médias conciliavam pecuária com lavoura e as pequenas dedicavam-se à lavoura temporária, como milho, arroz e feijão. Esse tipo de uso da terra ocorreu no sul e no Mato Grosso Goiano.

A necessidade de grandes áreas para a atividade de pecuária extensiva confirmava a estrutura fundiária concentrada do estado de Goiás, e a presença de pequenas propriedades existia em áreas de fronteira, com o objetivo de desbravar o cerrado, ou em áreas de maior concentração de culturas temporárias, que exigiam propriedades menores.

Com a abertura da fronteira, houve uma substancial valorização fundiária no estado de Goiás, e a terra passou a ter significado de poder econômico, político e social. As regiões mais ao sul de Goiás tiveram uma valorização mais significativa, devido a sua proximidade com o mercado do Sudeste do país, melhores condições de infra-estrutura, urbanização e, também, por ser a primeira região que promoveu o fechamento da fronteira. As áreas situadas mais ao norte tiveram suas terras menos valorizadas, condicionadas à abertura posterior da fronteira e, também, em razão da sua localização.

O preço da terra de cultura era muito variado no Estado. Nas zonas não servidas por rodovias ou ferrovias, girava em torno de cinquenta cruzeiros por hectare. Nas proximidades de cidades ou vias de transportes, com a valorização atingia até mil cruzeiros por alqueire de 48.400 m<sup>2</sup>. Com o avanço da fronteira agrícola e a reestruturação do espaço agrário, houve uma valorização dos terrenos, sobretudo, em regiões como o sudoeste e o Mato Grosso Goiano, e nas proximidades de grandes cidades com Goiânia e Anápolis (BORGES, 2000, p. 134).

No tocante às relações sociais de produção, o estado de Goiás, apesar de passar a fazer parte do novo processo nacional de acumulação, que se desenvolveu no país a partir da década de 1930, conservou as relações tradicionais de produção, em que predominava a extrema exploração da mão-de-obra e uma estrutura fundiária concentrada (BORGES, 2000). De certa forma, esse quadro resultou da estrutura fundiária concentrada e excludente que impunha uma baixa remuneração da força de trabalho, que, por sua vez, se transformou na base para uma produção agrícola extensiva e de baixa produtividade. O baixo custo de

produção gerou, conseqüentemente, produtos com preços mais baratos e mais competitivos, para abastecer a região Sudeste.

As relações de trabalho assalariadas eram incipientes, o que, segundo Borges (2000), caracterizava um sistema de exploração não-capitalista, assentado na agregação do trabalhador às grandes fazendas.

A configuração das relações de poder, no estado de Goiás, não fugia do que ocorria em nível nacional, como se pode observar na afirmação seguinte:

Os capitais mercantis hegemônicos na periferia não se dispuseram a empreender sua metamorfose em capital industrial. Ao contrário, criaram garantias e salvaguardas de alta lucratividade em órbitas não-industriais. Esta equação econômica será sustentada politicamente por poderosas forças de controle, cristalizando uma potente inércia política ultra-conservadora e de mandonismo local, que irá lotear seus espaços de valorização nos diversos recortes territoriais e de representação política nos três níveis de poder (BRANDÃO, 1999, p. 59).

Assim, ainda que de forma ampla, pode-se dizer que a concentração

fundiária no estado de Goiás retratava o domínio político, social e econômico, ou seja, o monopólio da terra era sinônimo de poder e dominação.

### **A consolidação da fronteira agrícola e a industrialização da agricultura no Centro-Oeste**

O período de 1950 a 1960 possui relevância para análise neste trabalho, pois foi quando se iniciou o processo de industrialização da agricultura brasileira. Os processos de modernização e industrialização da agricultura brasileira apresentaram resultados qualificados por Graziano da Silva (1999) de *perversos*, uma vez que provocaram a concentração fundiária e da renda, a elevação do êxodo rural e a superexploração dos trabalhadores rurais. Além disso, contribuíram para aumentar as disparidades regionais, pois não atingiram de forma homogênea todas as regiões brasileiras.

[...] maiores níveis de modernização da agricultura tendem a se associar inequivocamente com maiores índices de concentração da renda. Embora possa ser levantada uma discussão acerca da casualidade do processo, acreditamos que as características da modernização da agricultura brasileira

[...] e as políticas a ela associadas, como as de crédito rural e fundiário, são em grande parte responsáveis pelas desigualdades da distribuição da renda ao setor agropecuário (GRAZIANO da SILVA, 1999, p. 124).

Uma característica importante da modernização agrícola, e que justifica o adjetivo "conservadora", é que ela manteve a estrutura fundiária do país, caracterizando-se pela forte concentração de terras. A modernização da agricultura brasileira foi, portanto, concentradora e excludente, sendo essas características aprofundadas pela política agrícola executada pelo governo (GRAZIANO da SILVA, 1999).

A região Centro-Oeste e o estado de Goiás participaram do processo de desenvolvimento do capitalismo no campo, como uma nova região de fronteira agrícola e produtora de bens primários com um baixo custo.

O desenvolvimento da produção agropecuária do estado de Goiás, inicialmente, ocorreu de acordo com as necessidades do mercado consumidor existente na região Sudeste. A primeira atividade, que veio substituir o modelo de subsistência, foi a rizicultura. O arroz era plantado de forma tradicional e as

condições naturais favoráveis, como o clima e o solo, facilitavam o cultivo. As culturas temporárias foram utilizadas basicamente para desbravar a terra e prepará-la para a atividade pastoril, aliado a isso, havia pouco crédito destinado ao pequeno produtor, promovendo, assim, a sua expulsão gradativa e um processo de concentração fundiária.

O processo de desenvolvimento agropecuário goiano acompanhou o estímulo trazido pelos meios de transporte. Dessa forma, na década de 1940, a primeira região a incorporar-se à zona de fronteira foi o sudeste goiano e, conseqüentemente, a primeira a estagnar-se e entrar em decadência.

Segundo Borges (2000), a partir da década de 1940, em algumas regiões do estado, começou ocorrer um processo de “pecuarização da lavoura”<sup>3</sup>, ou seja, a atividade pastoril passava a substituir a produção agrícola.

A região sudeste do estado, devido a sua proximidade com a estrada de ferro, e também por ser áreas que foram primeiramente exploradas, apresentou

um processo mais intenso de substituição das culturas temporárias pela pecuária extensiva. Por outro lado, a região sudoeste de Goiás não apresentou a mesma característica, pois a sua proximidade com mercado consumidor do Triângulo Mineiro e as melhores condições de transporte levaram a região a um aumento da área cultivada, a um uso mais intensivo do solo e à incorporação de um processo de mecanização de suas lavouras.

A expansão da atividade pastoril no estado de Goiás foi assentada no seu relacionamento comercial com a região Sudeste, pois as maiores facilidades de transporte que o gado propiciava e também as condições naturais, tais como clima e solo favoreceram a especialização do estado nessa atividade econômica. Enfim, na década de 1950, o estado de Goiás já estava incorporado ao processo de desenvolvimento capitalista, que ocorria em quase todo país, atendendo à demanda da região Sudeste. Porém, possuía baixos níveis de produtividade, o que era justificado pelas práticas tradicionais utilizadas na agricultura, inclusive no tocante a relações de sociais de trabalho.

O processo de desenvolvimento

---

<sup>3</sup> De acordo com Borges (2000), entende-se por pecuarização da lavoura a substituição da produção agrícola pela pecuária extensiva. Esse assunto foi tratado no capítulo anterior.

agrícola da região Centro-Oeste foi intensificado a partir da década de 1960. Até esse período, a falta de programas específicos e de incentivos governamentais bloqueava, de certa forma, o desenvolvimento agrícola da região. Até o fim dessa década, o envolvimento do Estado na evolução da fronteira agrícola manteve-se reduzido. A expansão das frentes de atividades produtiva foi basicamente espontânea, “a participação governamental, freqüentemente tardia, ocorria apenas quando deficiências de infra-estrutura ameaçavam a viabilidade das frentes de agricultura comercial” (MULLER, 1990, p. 50).

Além da falta de programas destinados à expansão da fronteira agrícola, os problemas criados pela falta de técnicas de cultivo apropriadas ao cerrado foram um fator limitante ao desenvolvimento agrícola da região Centro-Oeste.

No início da década de 1970, as políticas governamentais passaram a estimular a ocupação da Amazônia na esperança de que, em pouco tempo, pudesse se tornar importante região agrícola. Como isso não aconteceu, a princípio, o interesse governamental voltou-se novamente aos Cerrados, mais

bem situados em relação aos crescentes mercados do Centro-Sul, marcando, assim, o início do desenvolvimento agrícola na região Centro-Oeste, apoiado por programas governamentais. Foram criados programas especiais de estímulo à agricultura nos Cerrados, de apreciável impacto na evolução das frentes comerciais. Além do mais, foram implantados, sob estímulo oficial, projetos privados de colonização, especialmente no Mato Grosso. Nesse processo, as frentes comerciais acabaram atingindo partes do norte da região (MULLER, 1990).

Basicamente, o que impulsionou a inserção dos Cerrados nas áreas produtivas e, conseqüentemente, o desenvolvimento agrícola do Centro-Oeste, foram alguns programas específicos implementados nessa região. Dentre os principais, podem-se destacar o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO) e o Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER).

O POLOCENTRO foi criado em 1975 e teve como objetivo o desenvolvimento e a modernização das atividades

agropecuárias da região Centro-Oeste e do oeste do estado de Minas Gerais, mediante a ocupação racional de áreas com características dos cerrados e seu aproveitamento em escala empresarial. O programa selecionou áreas específicas para atuação e, posteriormente, forneceu crédito altamente subsidiado a todos os produtores que desejassem investir em exploração agropecuária empresarial.

Apesar do POLOCENTRO ter sido um programa voltado para abertura de fronteira agrícola, as políticas favoreceram os grandes e médios produtores em detrimento dos pequenos. Na realidade, foi um programa para o estímulo da média e da grande agricultura empresarial, mediante o fornecimento de crédito subsidiado, de assistência técnica e da remoção de obstáculo ao seu funcionamento. A pequena agricultura das áreas atingidas quase não foi beneficiada. Os objetivos do POLOCENTRO, “enunciados nos seus documentos básicos, foram desvirtuados pela ação de setores influentes, que conseguiram voltar a administração do programa a seu favor” (MULLER, 1990, p. 55).

O maior impacto do Polocentro na região Centro-Oeste ocorreu no estado de Goiás, onde, segundo Muller (1990), 42,3% da área dos cerrados foram incorporados ao processo produtivo e a cultura de maior destaque foi a soja.

Já o PRODECER surge a partir de 1980, por meio de um acordo de cooperação firmado entre o Brasil e o Japão, com o objetivo de promover a expansão da agricultura moderna em áreas de cerrado. Os agricultores favorecidos foram selecionados por cooperativas credenciadas, tendo por base sua aptidão para desenvolver agricultura em áreas de cerrado, exigindo deles dedicação integral ao empreendimento. Tratou-se de um programa voltado à constituição de fazendas de médio porte (entre 250 a 500 ha), destinadas principalmente à produção de grãos.

Muller (1990), ao fazer a análise do processo de desenvolvimento agrícola da região Centro-Oeste, trabalhou com a concepção de frentes de expansão, sendo divididas em frentes de agricultura comercial, que já estavam integradas aos mercados; frentes de subsistência ou camponesas, que foram favorecidas basicamente pela grande

extensão de terras e políticas de colonização; frentes especulativas, que foram beneficiadas pelos incentivos à ocupação; e frentes de pecuária extensiva e rudimentar.

O autor afirma que os programas de integração dos cerrados à fronteira agrícola foram fundamentais para o desenvolvimento das frentes comerciais. Os programas de colonização foram determinantes para a expansão das frentes de subsistência e os incentivos fiscais para a Amazônia foram importantes para o desenvolvimento das frentes especulativas.

### **A consolidação do capital agroindustrial no Centro-Oeste e no estado de Goiás**

O processo de modernização agrícola no Centro-Oeste e no estado de Goiás trouxe conseqüências perversas, como impactos ambientais, êxodo rural, problemas populacionais nas grandes cidades, concentração de renda e, principalmente, a subordinação da agropecuária goiana aos setores antes da porteira, ou seja, enquanto o estado se especializava na cultura de *commodities* e na pecuária, aumentava, assim, a sua dependência aos setores a jusante da agricultura, que estavam instalados na região Sudeste.

Essa subordinação da agricultura, como salienta Estevam (2000), significa que, com o tempo, parte substancial dos lucros da produção goiana foi se canalizando para os setores a jusante da agricultura, ou seja, para a região Sudeste do país.

A consolidação desse processo ocorreu na década de 1980, e, ao mesmo tempo, o reconhecimento do potencial agroindustrial do Centro-Oeste, sendo que, a região passou a responder por 40% da produção nacional de grãos. Porém o aumento da produção não foi correspondido na mesma proporção pela implantação de unidades de armazenamento e esmagamento.

No final da década de 1980, o quadro começa a modificar-se, pois foram implantadas as primeiras agroindústrias na região, que tinham como principal objetivo o aumento da competitividade.

Esses investimentos em nova capacidade produtiva ocorreram basicamente na região de cerrado do Centro-Oeste [...] tiveram o objetivo de assegurar o seu acesso privilegiado às fontes de matérias-primas (soja) e a mercados regionais de crescente importância (carne de frango) (CASTRO e FONSECA, 1995, p. 5).



O grande potencial de produção da região, em razão das suas condições climáticas favoráveis, atraiu o capital agroindustrial, consolidando um processo de integração de cadeias produtivas, mais especificamente, as cadeias grãos-farelos-óleos e grãos-rações-carnes. Conforme Castro e Fonseca (1995), a presença de destaque da região Centro-Oeste na oferta nacional de grãos de soja, aliada às características favoráveis de produção na região, constituiu um fator de atração para os grupos que atuavam na área de commodities e no mercado de grãos e carnes.

Um dos principais componentes desse processo de consolidação do capital agroindustrial no Centro-Oeste foi à adequação da intra-estrutura de armazenamento às novas condições de produção, consideradas anteriormente como uma barreira ao desenvolvimento do capital.

Na década de 1980, ocorreu a maior concentração de investimentos na cadeia de soja, buscando um aumento na capacidade produtiva, principalmente no segmento carnes-óleos-rações. A região Centro-Oeste tornou-se, assim, nos anos 1980, num pólo de atração de capitais do Centro-Sul, especialmente das chamadas empresas líderes do complexo

agroindustrial, que tenderam a ocupar posições estratégicas dentro da região.

O desenvolvimento da agroindústria na região Centro-Oeste foi estimulado por grandes investimentos e incentivos fiscais regionais, como recursos repassados pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e, também, os de origem nos fundos regionais, como Fundo de Desenvolvimento Industrial (FUNDEI), Fundo de Investimento da Amazônia (FINAN) e o Fundo Constitucional do Centro - Oeste (FCO).

A Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), executada no Brasil a partir da década de 1970, teve substanciais reflexos no processo de desenvolvimento agrícola da região Centro-Oeste. Por um lado, fazia parte do projeto de integração do Centro-Oeste na dinâmica produtiva nacional, mas, por outro, a grande participação do Estado na formação dos preços dos produtos agrícolas provocou uma barreira ao desenvolvimento agrícola da região no longo prazo.

A PGPM não foi uma política regionalizada, os custos de transportes

não eram levados em conta, beneficiando ou não determinadas regiões do país. No caso do Centro-Oeste, essa não-regionalização da PGPM significou dificuldades a sua integração a mercados consumidores, devido ao alto custo de transportes. Tendo em vista estes problemas, o Estado foi forçado a assumir o monopólio da comercialização agrícola do Centro-Oeste. Para Rezende (2002), a PGPM

prejudicou o desenvolvimento agrícola do Centro-Oeste no longo prazo, já que não se propôs a solucionar deficiências de infra-estrutura e de caráter institucional, cujas soluções são [sic] tão importantes para o desenvolvimento agrícola de uma região de fronteira como o Centro-Oeste, e desestimulou o desenvolvimento das atividades (agrícolas, comerciais e industriais) consumidoras de grãos, cujos preços foram tornados artificialmente elevados pela ação da PGPM (REZENDE, 2002, p. 30).

Diante desse contexto, pode-se afirmar que a PGPM teve o objetivo de bancar os preços dos produtos agrícolas nas regiões mais ao sul do país, que já tinham toda uma infra-estrutura de armazenagem, comercialização e industrialização, pertencente ao capital privado e que não poderia ser

prejudicado com o desenvolvimento agrícola do Centro-Oeste. Dessa forma, o Estado promoveu a retenção de estoques agrícolas durante boa parte do período de execução dessa política, procurando evitar o efeito depressivo que a liberação desses estoques poderia ter sobre a comercialização do produto nas demais regiões, a qual continuava nas mãos do capital privado.

Na década de 1990, as mudanças ocorridas na política agrícola, resultaram num menor envolvimento do Estado com os estoques agrícolas da região Centro-Oeste e num maior estímulo à criação de infra-estrutura, por parte do capital privado, a fim de obter uma boa estrutura de armazenagem e comercialização, buscando a maior integração aos mercados.

Nesse período, a região Centro-Oeste assumiu importante papel no desenvolvimento agrícola do país, passando a contribuir de maneira substancial para a oferta de grãos no mercado nacional e internacional.

A menor participação do Estado na comercialização de produtos agrícolas redundou em uma reorganização espacial na agricultura, em que as

regiões começaram a mostrar suas vantagens competitivas, atraindo mais o capital privado. Foi o que ocorreu com a região Centro-Oeste, devido às suas condições naturais, favoráveis ao plantio de grãos em grande escala.

O Centro-Oeste foi a região mais dinâmica do país [sic]. Esta região aumentou sua área colhida de grãos em 10% e sua produção de grãos em 50% na década de 90 em comparação com a década de 80. Grande parte deste dinamismo se deve à soja. [...] A área colhida de soja no Centro-Oeste [...] aumentou de uma média de 36% nos anos 80 para 54% nos anos 90, substituindo em larga escala o arroz (HELFAND e REZENDE, 2000, p. 9). O Centro-Oeste passou a cumprir um papel estratégico na expansão agrícola brasileira, pois combinou a expansão de área com aumento de produtividade, em muitos casos, superior ao de outras regiões.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante todo o período analisado, o que ocorreu em Goiás, assim como na região Centro-Oeste, em um primeiro momento (até início da década de 1960), foi que a expansão da produção não se deu por meio da incorporação do progresso técnico na agricultura, e, sim,

por intermédio da exploração da mão-de-obra e da incorporação de novas terras a área de fronteira. Já em um segundo momento, após a década de 1960, o desenvolvimento se deu mediante a participação do Estado, como um indutor desse processo, libertando a região somente na década de 1990, para desenvolver-se com os seus próprios meios.

Portanto, a região Centro-Oeste e o estado de Goiás foram palco de um processo intensivo de modernização da agricultura. A incorporação de suas terras as áreas de fronteira agrícola e, depois, a sua consolidação como uma importante área produtora grãos para o mercado interno e externo, redundou, de um lado, uma grande propriedade competitiva em nível nacional, e, de outro, uma agricultura familiar sem competitividade em relação aos agricultores desse segmento no restante do país.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BORGES, B.G. **Goiás nos quadros da economia nacional: 1930 – 1960.** Goiânia: UFG, 2000. 172 p.

BRANDÃO, C. A. Fragmentação e a Longa Construção da Unidade Nacional: Notas sobre a Natureza da Formação e Integração do Mercado

Nacional. **Economia Ensaios**, Uberlândia, v. 13, n.1, v. 14, n. 2, p. 41-68, jul.e dez. 1999.

CASTRO, A. C.; FONSECA, M. das G. **A dinâmica agroindustrial do Centro-Oeste**. IPEA, Brasília, 1995, 141p.

CUNHA, J. M. P.da. **A migração no Centro-Oeste Brasileiro no Período 1970/1996: o Esgotamento de um processo de Ocupação**. Campinas: NEPO/UNICAMP, 2002. 165p.

ESTEVAM, L. A economia política em Goiás. **Estudos: Revista da Universidade Católica de Goiás**, Goiânia, v. 27, n. 3, p. 455-467, jul./set.,2000.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário – GO**. Rio de Janeiro: IBGE, 1970.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário – GO**. Rio de Janeiro: IBGE, 1975.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário – GO**. Rio de Janeiro: IBGE, 1980.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E

ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário – GO**. Rio de Janeiro: IBGE, 1985.

GRAZIANO DA SILVA, J. A fronteira já está fechando? In:\_\_\_\_. **A modernização Dolorosa**.Rio de Janeiro: Zahar, 1982. cap.6. p. 114-125.

\_\_\_\_\_. Mas qual Reforma Agrária?. **Revista Reforma Agrária**, Campinas, v.17, n. 1, p. 17-60, abr./jul. 1987.

\_\_\_\_\_. A modernização Conservadora dos Anos 70. In: \_\_\_\_\_. **Tecnologia e Agricultura Familiar**. Porto Alegre: Editora da Universidade - UFRGS, 1999. Cap. 4, p. 87-135.

HELFAND, S. M.; REZENDE, G.C. **Padrões Regionais de Crescimento da Produção de Grãos no Brasil e o Papel da Região Centro-Oeste**. Rio de Janeiro: IPEA, jun., 2000, 25 p.. (Texto para discussão n. 731). Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>>. Acesso em: 10 jun. 2002.

IBGE. Censo Agropecuário – GO 1995/1996. Disponível em:<<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 30 out. 2002.

KAGEYAMA, A. et al. O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais. In: \_\_\_\_\_. **Agricultura e políticas públicas**.

Brasília:IPEA, n. 127, 1990, Cap. 2, p. 113-253.

MARTINS, J. de S. Frente Pioneira: Contribuição para uma caracterização sociológica. In:\_\_\_\_. **Capitalismo e Tradicionalismo:** Estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil. São Paulo: Pioneira, 1975. cap. III, p. 43-50.

\_\_\_\_\_. Os novos sujeitos das lutas sociais, dos direitos e da política no Brasil rural. In:\_\_\_\_. **A militarização da Questão Agrária no Brasil** (Terra e poder: o problema da terra na crise política). 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1985. cap. IV, p. 75-112.

\_\_\_\_\_. O tempo da Fronteira: Retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. In:\_\_\_\_. **Fronteira:** A degradação do outro nos confins do humano.São Paulo: Hucitec, 1997. cap. IV, p. 146-203.

MENDES, E. P. P. **A produção familiar em Catalão - GO:** a Comunidade Coqueiro. 2001. 220f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, 2001.

MULLER, C. C. Políticas governamentais e expansão recente da

agropecuária no Centro-Oeste. In:\_\_\_\_. **Planejamento e Políticas Públicas.** Brasília: IPEA, 1990.n. 3. p. 45 a 74.

NETO, A. M.; GOMES, G. M. **Quatro décadas de Crescimento Econômico no Centro-Oeste Brasileiro:** Recursos Públicos em Ação. IPEA, Brasília, 2000, 27p. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>>. Acesso em: 10 jun. 2002.

PESSÔA, J. de M. **A revanche camponesa.** Goiânia ,UFG, 1999, 351p.

PESSÔA, V.L.S. **Composição de trabalhos científicos.** Uberlândia, 2002. mimeo.

REZENDE, G.C. **A Política de Preços Mínimos e o Desenvolvimento Agrícola da Região Centro-Oeste.** Rio de Janeiro: IPEA, abr., 2002, 32 p. (Texto para discussão no. 870). Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>>. Acesso em: 10 jun. 2002.

SILVA, A. M.; PINHEIRO, M. S. de F.; FREITAS, N.E. de. **Guia para normalização de trabalhos técnicos-científicos:** projetos de pesquisa, monografias, dissertações e teses. 3. ed. Ver. Uberlândia: UFU, 2003. 146p.